

Dornelles

tranqüiliza: não vamos dar calote.

Para o ministro da Fazenda, Francisco Dornelles, o momento exige cuidado para não se criar pânico na comunidade financeira internacional. Segundo ele, em nosso caso específico, "qualquer idéia sugerindo o calote integral, o calote disfarçado ou o meio calote na dívida externa poderia criar grandes dificuldades para a prorrogação de nossos créditos de curto prazo e sérios transtornos para nossa economia".

Em entrevista ao nosso comentarista Carlos Chagas, o ministro Dornelles afirmou que as conversações com o FMI permanecem: "O Brasil entende, o FMI e os bancos credores também, que não podemos assinar um programa econômico contendo compromissos que até mesmo antes da aprovação pelo board do FMI tenham sido descumpridos", explicou Dornelles, que continuou:

— Por esse motivo, entendo que a solução ideal seria o Brasil apresentar ao FMI um programa considerado factível para 1985 e, sem assinar uma carta de intenções, acompanhar com ele o desenvolvimento desse programa, nos meses de agosto, setembro e outubro do ano em curso, quando já deverão ter produzido efeito as decisões tomadas pelo governo brasileiro em julho, que implicaram em aumento de tributos e redução de gastos. Durante o período em que se faz o acompanhamento, já se começaria

a negociar o programa de 1985. Os resultados dos meses de agosto, setembro e outubro dariam elementos para a assinatura de uma carta de intenções, relativa ao ano que vem, em bases mais sólidas, seguras e com menos possibilidades de erros.

Dornelles, que viaja hoje para Paris, onde se encontrará com o diretor-gerente do FMI, Jacques de Larosière, afirma também que "não existe divergência entre o Brasil e o Fundo, porque são preocupações do governo brasileiro eliminar o déficit do setor público, reduzir a inflação, equilibrar as contas externas, controlar a base monetária e os meios de pagamento e, conseqüentemente, controlar a expansão da dívida interna. O reajuste interno da economia é de interesse de nosso País, mais do que do FMI, porque sem se exercer algum controle sobre esses agregados, não se pode ter desenvolvimento econômico sustentado".

De acordo com o ministro da Fazenda, "o que pode ocorrer de divergências entre o Brasil e o Fundo é a velocidade com que o reajuste possa ser feito. O Brasil pode achar que num determinado ano o seu déficit deve representar um certo percentual do PIB, e o FMI entender que esse percentual precisa ser reduzido. Podemos achar que a expansão da base monetária deve ir até um certo limite e o Fundo, que precisa ser menor. Não existe,

porém, divergência quando se trata de uma necessidade de um reajuste interno em nossa economia. A divergência pode acontecer com relação a como fazer e sobre a velocidade desse reajuste".

Com relação aos bancos credores, Dornelles explica que o Brasil "está negociando agora a rolagem de uma dívida de aproximadamente US\$ 45 bilhões com os bancos, que vence no período 85-91. Existem também duas linhas de crédito de curto prazo, uma de US\$ 10 bilhões para operações comerciais e outra de US\$ 6,5 bilhões de linhas interbancárias. Em 31 deste mês, vence o prazo das linhas de crédito a curto prazo. O Brasil pretende obter dos bancos a prorrogação pelo período mais longo possível".

— Em maio último — continua o ministro — os bancos concordaram em fazer essa prorrogação por três meses. A solução seria que essa prorrogação pudesse ser feita até o mês de fevereiro do ano que vem.

Dornelles também enfatizou a importância do ingresso de recursos externos para acelerar o desenvolvimento econômico do País, lembrando que o Brasil "deveria, em primeiro lugar, mostrar à comunidade internacional que não tem nenhuma restrição à entrada, no País, do investimento de risco. Para isso, deveria eliminar certas tendências xenófobas que vêm hostilizando o capital estrangeiro".

